PBGÁS
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2020

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Ao findar mais um ciclo anual, a Diretoria Executiva da PBGÁS apresenta ao Conselho de Administração, o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício 2020, para apreciação das ações de gestão dos Administradores, e posterior publicação, no atendimento aos requisitos da Lei no 6.404/76 e Lei no 13.303/16.

Chegamos aos 26 anos, e nos orgulhamos em participar da história desta Companhia, sempre focados em atender seus usuários com serviços de qualidade e as demais partes relacionadas, pautados em seu papel de concessionária no serviço público de distribuição de gás natural canalizado, no Estado da Paraíba.

O ciclo 2020 foi marcado por desafios além do esperado, em função das medidas restritivas impostas ao combate da pandemia da Covid-19. No final do primeiro trimestre iniciamos um Plano Contingencial para preservar a continuidade dos negócios, com adoção de medidas e premissas que mantiveram o pleno funcionamento das atividades essenciais, honrando compromissos empresariais com fornecedores, funcionários, usuários, e demais partes relacionadas.

O ambiente de negócios passa por mudanças de comportamento, exigindo um olhar atento e ágil na tomada de decisões. Na atual conjuntura é imperativo uma análise crítica sobre os futuros negócios, diante das sucessivas retrações do mercado ocorridas nos últimos anos, adicionados aos efeitos da Covid-19, que culminaram na redução das vendas de gás natural em relação ao previsto no Plano Plurianual de Negócios.

Estamos cientes de nossa responsabilidade, porém determinados em buscar a retomada plena das atividades de distribuição de gás canalizado, não pouparemos esforços para manter o equilíbrio e a sustentabilidade da PBGÁS.

A Diretoria.

2. A EMPRESA

A Companhia Paraibana de Gás, sediada à Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, em João Pessoa, Paraíba, é uma Sociedade de Economia Mista, que atende ao seu objetivo social através da distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba. Criada na forma da Lei Estadual 5.680 de 17 de dezembro de 1992, tendo concessão para exploração, com exclusividade, pelo prazo de cinquenta anos, conforme contrato de concessão firmado em 30 de dezembro de 1994.

Desde o início de suas operações, em 1995, a Companhia partiu efetivamente para a exploração da atividade de distribuição de gás canalizado no Estado e desde então vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba. Em sua formação, a Companhia tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, bem como dos acionistas Petróleo Gás S/A – GASPETRO, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Desde a sua criação, a PBGÁS tem investido em infraestrutura de dutos de distribuição, realizando estudos técnicos e de mercado necessários à garantia de melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, atendendo a clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais.

Em 2020 a Companhia alcançou a marca de 20.326 usuários atendidos por uma rede de distribuição com 332 km de extensão, que se estende por 14 municípios do Estado da Paraíba, sendo 11 através de gasoduto: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá), e através do modal rodoviário os municípios de Guarabira, Patos e Remígio, com GNC (Gás Natural Comprimido).

● Atendidos por gasoduto
○ Atendidos por modal rodoviário - GNC

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão	Visão 2023	Valores
Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba	"Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão"	Ética, Confiança, Cuidado com as pessoas, Segurança e Satisfação dos Clientes

GOVERNANÇA

Em sua formação, o capital social da companhia possui os seguintes acionistas:

	GOVERNO DA PARAÍBA	MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL	GASPETRO
AÇÕES ORDINÁRIAS	51%	24,5%	24,5%
CAPITAL TOTAL	17%	41,5%	41,5%

A Companhia Paraibana de Gás tem um conjunto de processos, políticas, regulamentos, que estabelecem como a Companhia é dirigida, administrada e controlada. A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, Auditoria Interna e Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: Órgão societário supremo, reúne-se anualmente após encerramento do exercício social, para apreciação de contas e demonstrações financeiras, distribuição de dividendos, e extraordinariamente para deliberar sobre outras matérias previstas em lei e no estatuto social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Formado por 7 (sete) membros efetivos, para mandato de dois anos, sendo admitida até três reconduções consecutivas. O Conselho reúne-se sempre que necessário. Compete ao órgão fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dentre outras atribuições estatutárias.

DIRETORIA EXECUTIVA: É composta por três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo responsável pelo funcionamento regular da Companhia, entre outras atribuições estatutárias. Seus membros têm mandato de dois anos, sendo admitida até três reeleições consecutivas à reeleição, e devem se reunir pelo menos uma vez por mês ou extraordinariamente, quando houver necessidade.

CONSELHO FISCAL: Órgão independente formado por cinco conselheiros e seus respectivos suplentes, em número idêntico, eleitos pela Assembleia Geral. É responsável por fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, entre outras atribuições previstas em lei e estatuto.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO: Órgão auxiliar e subordinado ao Conselho de Adminjstração, é encarregado de dar suporte nas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 03 (três) membros, todos eleitos pelo Conselho.

COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO: Órgão eleito pela Assembleia Geral, integrado por 03 (três) membros, para auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na metodologia de avaliação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário.

AUDITORIA INTERNA: Vinculada diretamente ao Conselho de Administração, compete aferir a adequação do controle Interno, a efetividade do gerenciamento de riscos, dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações, visando o preparo de demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
• Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque - Presidente (Estado da Paraíba).
• Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba).
• Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba).
• Raimundo Barretto Bastos – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB).
• Marcus Vinicius Torres Peçanha – Membro (Petrobras Gás S.A - GASPETRO).
• Vitor Calazans Baroni – Membro (GASPETRO e MGEB).

DIRETORIA EXECUTIVA
• Jailson José Galvão - Diretor-Presidente
• Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Diretora Administrativa e Financeira
• Marcus Vinícius Torres Peçanha - Diretor Técnico-Comercial

CONSELHO FISCAL
• Paulo Márcio Soares Madruga - Estado da Paraíba
• Rodolfo Emanuel Lima Serrano - Estado da Paraíba
• André Quirino Paiva - Estado da Paraíba
• Evaldo Machado Júnior – Petrobras Gás S.A - GASPETRO
• Alyne Valentim Muniz – Mitsui Gás e Energia do Brasil - MGEB

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
• Victor Castro Dória de Almeida – Coordenador (Estado da Paraíba)
• Roberto Pietz Schaly – Membro (Mitsui Gás e Energia do Brasil)
• Daniele Melissa Guimarães da Silva – Membro (Petrobrás Gás S.A - GASPETRO)

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO
• Erika Oliveira Del Pino - Presidente
• Adriana de Fátima Ferreira do Egito – Membro
• Maria Ketiane da Silva Azevêdo – Membro

AUDITORA INTERNA
• Pâmela Vital do Rêgo Freire

RECURSOS HUMANOS

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O investimento contínuo na formação de seus empregados é uma premissa para a Companhia. Nesse sentido, em 2020, diante da situação marcada pela crise da Covid-19, foi necessário ajustar alguns processos e disponibilidade orçamentária inclusive quanto a capacitação profissional.

A Companhia aderiu ao trabalho remoto como forma de minimizar a proliferação do vírus e proteger seus funcionários. A capacitação passou a ser realizada no formato virtual e foram priorizados os treinamentos obrigatórios e os estritamente necessários para o desenvolvimento e das atividades das áreas e segurança operacional da Companhia.

Por outro lado, a PBGÁS continuou envidando esforços para consolidar as pessoas como pilar fundamental para a gestão da organização e ofereceu diversas formas de ações educacionais, tais como palestras, cursos, dentre outras, de maneira remota, como forma de manter a atualização profissional nesse período.

BENEFÍCIOS

As pessoas constituem o ativo intangível e um diferencial competitivo em qualquer atividade empresarial. Deste modo, uma gestão voltada ao desenvolvimento de lideranças, programas de treinamentos de pessoal e benefícios tem sido um objetivo constante para a Companhia.

Na busca da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados, a Companhia oferece os seguintes benefícios: Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico; Seguro de Vida em Grupo, Auxílio Funeral, Previdência Privada; Auxílio Idiomas; Auxílio Pós-Graduação; Auxílio Creche; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência. Todas as condições dos benefícios estão estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho e em Instrumentos Normativos.

Além disso, também em 2020, no formato virtual, visando minimizar os impactos psicológicos decorrentes das medidas restritivas para contenção da disseminação da COVID-19, as seguintes palestras foram realizadas para os empregados: Transtornos Psicossomáticos x Trabalho; Regras Gerais de Segurança e Comportamento Seguro; Bem-estar no lugar onde estou; Qual o seu Propósito, que ao final da apresentação disponibilizou gratuitamente para os empregados da Companhia o Livro: "Ouse ser Você".

Palestras virtuais relacionadas com a saúde do empregado como: Câncer de Mama – Outubro Rosa; Câncer de Próstata – Novembro Azul; DSTs e Aids, também foram realizadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Diante da pandemia da Covid-19, a Companhia esteve sensível aos impactos causados pelo isolamento social e engajou-se através de patrocínio institucional, em dois eventos vinculados ao Restaurante Week Paraíba em 2020.

• O primeiro evento na fase mais aguda da primeira onda da Pandemia da Covid-19, entre os meses de maio e junho/2020, a PBGÁS entendendo o momento de dificuldade, foi motivada a ajudar o mercado comercial de João Pessoa, movimentando os restaurantes participantes, proporcionando uma ação solidária de fornecimento de quentinhas a comunidades carentes.

• O segundo evento Restaurante Week Paraíba – edição especial já contou com a abertura gradual dos restaurantes e bares, que proporcionou a realização de evento em formato híbrido, com a opção de fornecimento de refeições através do delivery ou, alternativamente, viabilizar o consumo dos menus nos próprios restaurantes com todos os protocolos de segurança. Mais uma forma de potencializar ao máximo as vendas dos restaurantes participantes. O evento contou com uma votação dos melhores do festival, com categorias: melhor prato, melhor entrada, melhor sobremesa, melhor chef, melhor atendimento e maior arrecadação social; que rendeu boa visibilidade de mídia "on-line" e "off-line" durante os dias de evento.

APOIO CULTURAL E AO ESPORTE

A PBGÁS reafirma seu compromisso permanente em ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de Cidadania Corporativa prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações de preservação do meio-ambiente, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a Companhia e a sociedade.

As ações planejadas para 2020 foram postergadas enquanto durarem as medidas de prevenção ao contágio por Coronavírus, e o mais breve possível, quando as condições de convívio social forem restabelecidas, esperamos prontos para retomar nossas práticas em prol da cidadania.

DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Em dezembro de 2020, a PBGÁS iniciou a reestruturação do Sistema de Gestão Integrado - SGI. O Sistema integra as 15 diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, referenciadas pelas: ISO 9001, 14001, 45001, 19600 e 31000, buscando melhorar continuamente o desempenho dos seus indicadores, de acordo com a Política adotada pela Companhia.

Nesse contexto, foram criados o Comitê Operacional e o Comitê Gestor, que imbuem a missão de atualizar e implantar o SGI nos moldes das melhores práticas atuais de segurança, elevando a qualidade e o desempenho em prevenção.

PBGÁS COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

AÇÕES AMBIENTAIS

A PBGÁS realizou o descarte de resíduos/sucata de obras e operação de gasoduto através de uma Comissão Ambiental Específica que envolveu as seguintes áreas: Operação, Engenharia, Administração e Suprimentos, além da área de Meio Ambiente da PBGÁS. No âmbito da Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém, e junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado em Bayeux. Realiza também Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio ambiente, das pessoas e possibilitar respostas associadas com as necessidades socioeconômicas.

A PBGÁS atua no licenciamento ambiental de forma responsável e comprometida com a gestão de resíduos, com a racionalização do uso do solo, da água e do ar, e tecnologias com métodos construtivos minimizam os impactos a que a população está exposta, de forma a eliminar os perigos e mitigar os riscos Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional e Socioambientais tomando medidas preventivas e de proteção efetivas para sua força de trabalho e comunidade no entorno de suas atividades de distribuição de gás.

PROGRAMAS/DIRETRIZES

Considerando a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo CORONAVÍRUS, anunciada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, além da necessidade de se estabelecer um plano de resposta efetivo para esta condição de saúde de ampla repercussão populacional, em especial aos empregados da Companhia, em 17/03/2020, a Diretoria Executiva da PBGÁS, instituiu um Comitê para monitorar e orientar sobre assuntos relacionados ao Coronavírus, que passou a adotar, além das demais medidas de prevenção e conscientização, medidas de segurança específicas para Covid-19, visando promover e resguardar a saúde de seus empregados. E ainda, visando contribuir para a mitigação do risco, bem como para a preservação da saúde dos empregados, a Companhia adotou o regime de teletrabalho para todo o corpo funcional.

Atentos aos cuidados com as pessoas, a PBGÁS, para retornar as atividades presenciais, a partir de julho/2020, desenvolveu e disseminou com toda sua força de trabalho, o Plano de Retomada, onde estabeleceu medidas de caráter geral, administrativas, operacionais, de higienização e desinfecção dos ambientes, de controle de sintomas, reuniões, viagens e gestão de saúde, que vêm sendo monitoradas através do Comitê Coronavírus.

RESULTADOS 2020

Em 2020, a Companhia comercializou 67.544.379 m³ de gás natural, uma média de 184.547 m³ diários, que atendeu a um total de 20.326 usuários, sendo 39 industriais, 37 automotivos, 19.931 residenciais e 319 comerciais, um crescimento de 853 novos consumidores em relação a 2019. Considerando a segmentação do mercado consumidor da Companhia, em termos de volumes, 66% corresponde ao segmento industrial, 29,4% ao segmento automotivo, 2,3% ao comercial e 2,3% ao residencial.

No âmbito do segmento industrial, as principais atividades econômicas que utilizam o gás natural em seus processos fabris no estado da Paraíba são: cerâmica, têxtil, calçados, bebidas e alimentos, papel e celulose, mineração e metalurgia.

O mercado industrial, com média de consumo, em 2020, de aproximadamente 121,8 mil m³/dia, concentra-se em João Pessoa, com 18 indústrias consumindo em torno de 54% do volume diário comercializado. O restante são 21 indústrias distribuídas entre os municípios de Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Conde, Queimadas e Santa Rita, todos juntos consumindo 46% do gás industrial comercializado.

O mercado automotivo (GNV e GNC), por sua vez, com consumo médio de 54,2 mil m³/dia em 2020, está concentrado, igualmente, na Grande João Pessoa, com 27 postos (2 na cidade de Mamanguape) representando aproximadamente 78% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o produto (um em Queimadas), o volume comercializado é da ordem de 14% do total. Um posto em Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 2% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos abastecidos por GNC (um na cidade de Patos, a 175 km de Campina Grande, um na cidade de Remígio, a 40 km de Campina Grande, e um na cidade de Guarabira, a 60 km de João Pessoa), os quais representaram, juntos, 6% do volume comercializado no mês.

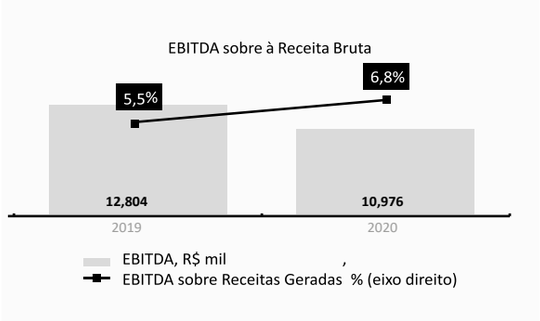
O mercado residencial e comercial encerrou 2020 com um volume total médio de 8,5 mil m³/dia e encontra-se em fase de desenvolvimento com previsão de atingir, até o final de 2025, 32.667 unidades consumidoras individuais residenciais e 523 unidades consumidoras individuais comerciais.

RECEITA BRUTA

A receita bruta alcançou o montante de R$160,4 milhões em 2020, valor que ficou 33% aquém das expectativas para o ano, especialmente devido à redução das atividades econômicas dos segmentos industrial e automotivo, que foram impactados pelas medidas restritivas para contenção da disseminação da COVID-19.

EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) em 2020 foi de quase R$11 milhões, equivalente a 6,8% da receita bruta gerada no exercício.



Nota: Outras Receitas/Despesas Operacionais não consideradas no cálculo do EBITDA.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado líquido do exercício foi de R$2 milhões em 2020, que representa 28% do previsto. O cenário econômico nacional e local foi desfavorável, tendo em vista que as medidas de isolamento recomendadas pelos órgãos de saúde para enfrentamento da pandemia levaram ao fechamento temporário de indústrias e comércios e várias empresas não resistiram, não retornando às atividades após o relaxamento dessas medidas. As restrições de circulação impostas pelas determinações de isolamento social também reduziram sensivelmente o consumo do gás natural veicular.

ANÁLISE DE METAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2020

As metas Corporativas são acompanhadas mensalmente por indicadores de performance, que sinalizam o nível de alcance, e seus resultados constam no Relatório de Acompanhamento Mensal. Para averiguação do exercício foram aplicados os seguintes parâmetros:

Legenda de parâmetros		
Meta Alcançada	Meta Parcialmente Alcançada	Meta Não Alcançada
≥ 85%	≥70% e < 85%	<70%

VOLUME COMERCIALIZADO

Previsto	Realizado	%	Situação
260.000 m3/dia	184.547 m3/dia	71%	Parcialmente Alcançada

O volume comercializado em 2020 alcançou 71% da meta, cujo desempenho foi impactado pela crise provocada pela pandemia da COVID-19, impactando o consumo de gás natural em todos os segmentos de mercado, com exceção do residencial, que se manteve nos níveis orçados.

O isolamento social adotado em todo país resultou no fechamento de diversas empresas e a restrição de circulação de pessoas em todo o território nacional. Importantes clientes industriais e comerciais suspenderam suas atividades por tempo indeterminado e a diminuição da frota de veículos em circulação levou a uma forte queda nas vendas do gás natural veicular.

INVESTIMENTO

Previsto	Realizado	%	Situação
R$ 7.199,6 mil	R$ 4.065,9 mil	56%	Não Alcançada

A performance dos investimentos foi bastante prejudicada em 2020. Além dos impactos da pandemia, a Companhia não apresentou o desempenho planejado nos investimentos para realização das obras de expansão e saturação da rede de distribuição no estado. Por outro lado, projetos de gestão com investimentos na área de TI relativos à implantação de um novo Data Center proporcionaram à PBGÁS uma melhoria importante na estabilidade e segurança de dados.

LUCRO OPERACIONAL

Previsto	Realizado	%	Situação
R$ 8.165,4 mil	R$ 4.124,3 mil	51%	Não Alcançada

O lucro operacional realizado no ano alcançou 51% do valor orçado e da mesma forma foi , influenciado pelas restrições decorrentes da pandemia da COVID-19, refletindo diretamente nas vendas e, consequentemente, queda na margem de distribuição da Companhia, de tal forma que, mesmo com o plano de contingência adotado para enfrentamento da crise, obteve-se um resultado operacional abaixo do esperado, inviabilizando o alcance da meta estabelecida.

MARGEM

Previsto	Realizado	%	Situação
R$ 45.124,4 mil	R$ 34.608,1 mil	77%	Parcialmente Alcançada

A margem de distribuição em 2020 sofreu impacto negativo de 33% em relação ao orçado. O indicador foi influenciado principalmente pela performance dos volumes comercializados e pelo aumento do custo médio do gás natural que não foi repassado às tarifas, especialmente no último trimestre do ano, com a incidência do custo do gás de ultrapassagem, conforme cláusula do contrato de suprimento na modalidade do Novo Mercado de Gás. Parte desse custo do gás será recuperada em 2021, através da metodologia de conta gráfica autorizada pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB).

PLANO INVESTIMENTOS E PRINCIPAIS PROJETOS 2021

Para 2021, a previsão de investimento total é da ordem de R$8,9 milhões. No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R$46,5 milhões, dos quais R$37,4 milhões em redes de distribuição classificadas como expansão, saturação, segurança e melhoria.

A tabela a seguir apresenta as projeções dos investimentos por ano no período de 2021-2025.

Investimento	2021	2022	2023	2024	2025
Rede de distribuição	6.678.222	7.726.187	7.555.371	7.751.532	7.714.636
Expansão	4.835.330	5.713.295	5.575.989	5.928.640	6.041.744
Saturação	1.082.892	1.132.892	1.359.382	1.132.892	1.082.892
Segurança	0	150.000	100.000	150.000	150.000
Melhoria	760.000	730.000	520.000	540.000	440.000
Gestão	604.107	88.740	0	0	0
Outros	200.000	0	0	0	0
Pessoal	1.447.349	1.541.776	1.607.011	1.719.242	1.827.637
TOTAL	8.929.678	9.356.703	9.162.382	9.470.774	9.542.274

Para 2021 as alocações orçamentárias preveem a realização de investimentos na ordem de R$ 8,9 milhões, distribuídos em:

Expansão 54%
- Rede Residencial e Comercial João Pessoa – R$3,8 milhões.
- Rede Polo Turístico Cabo Branco – R$1,1 milhão.

Saturação 12%
- Ramal Residencial e Comercial João Pessoa – R$680 mil.
- Ramal Residencial e Comercial Campina Grande – R$402 mil.

Melhoria 9%
- Equipamentos, proteção catódica, cromatografia e odorização – R$760 mil.

Gestão 7%
- Informática, reformas e mobiliários (Bayeux, sede e almoxarifado) – R$604 mil.

Pessoal: 16%
- Pessoal alocado em projetos de investimento – R$1,4 milhão.

Outros: 2%
- Aquisição de unidade móvel de GNC – R$200 mil.

No período plurianual 2022 a 2025 são projetos mais relevantes:
- Porto de Cabedelo (R$5,7 milhões);
- Expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (R$14,3 milhões);
- Continuidade da Rede Polo Turístico Cabo Branco (R$ 3,3 milhões);
- Saturação Industrial (R$376,5 mil);
- Saturação residencial e comercial João Pessoa e Borborema (R$4,3 milhões);
- Segurança – Materiais/equipamentos (R$550 mil);
- Melhorias – Materiais/equipamentos, odorização e proteção catódica (R$2,2 milhões);
- Gestão – ERP (R$89 mil).

Importante destacar que a companhia está envidando esforços para iniciar, ainda em 2021, as obras para interligação do maior polo turístico planejado do Nordeste. Trata-se de um projeto do Governo do Estado da Paraíba para incentivo ao turismo com implantação de empreendimentos hoteleiros, de animação, comerciais e de serviços, demandando uma extensão de 14,2 Km, e que deverá gerar um volume aproximado de 8.000 m³/dia, após a conclusão de toda a obra, cujo investimento totaliza R$ 4,3 milhões até 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes desafios nos próximos anos são esperados, a continuação das mudanças regulatórias e cadeia de suprimento do mercado do Gás Canalizado, somados as retrações do mercado e um mundo pós pandemia, neste contexto todas as novas perspectivas elevam o dever em redobrada atenção às demandas vindouras.

Entretanto a Diretoria assume o compromisso de manter esmero e a busca diligente para atingir as metas e resultados corporativos no cumprimento de sua missão de prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

João Pessoa, 06 de março de 2021.

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretora Administrativo e Financeiro

Marcus Vinicius Torres Peçanha
Diretor Técnico-Comercial

Jaílson José Galvão
Diretor-Presidente

PBGÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.870	24.910
Contas a receber de clientes	6	7.331	9.739
Estoques	-	2.144	1.994
Tributos a recuperar	7	1.496	1.638
Créditos nas operações de aquisição de gás	8 e 20	-	126
Despesas antecipadas	-	168	182
Outros ativos		86	72
Total de ativos circulantes		**52.095**	**38.661**
Não Circulantes			
Depósitos judiciais		139	147
Tributos a recuperar		56	90
Outros ativos		993	993
Direito de Uso Arrendamento	9	1.051	1.457
Intangível	10	41.621	43.717
Total dos Ativos não circulantes		**43.860**	**46.404**
Total dos Ativos		**95.955**	**85.065**

Passivos Circulantes	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	11 e 20	14.372	10.334
Empréstimo e Financiamentos	12	4.909	-
Passivo de Arrendamento	9	407	370
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	13	1.743	1.808
Tributos a pagar	14	584	703
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		16	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 e 20	397	3.130
Débitos nas operações de venda de gás	16	102	22
Outros passivos		51	246
Total de passivos circulantes		**22.579**	**16.613**
Não Circulantes			
Empréstimo e Financiamentos	12	3.273	-
Passivo de Arrendamento	9	836	1.279
Débitos nas operações de venda de gás	16	-	681
Servidões de passagem	17	1.197	-
Provisão para Contingências	18	1.165	1.164
Outros passivos		124	154
Total dos passivos não circulantes		**6.594**	**3.278**
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		57.714	57.458
Reserva de lucro		7.874	7.116
Reserva para contigência	15	-	600
Reserva Especial	15	1.193	-
Total do patrimônio líquido		**66.781**	**65.174**
Total do passivo e patrimônio líquido		**95.955**	**85.065**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

			Reserva de lucros					
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019		55.978	6.632	-	1.580	4.762	-	68.952
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19	1.480	-		(1.480)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados						(4.762)		(4.762)
Constituição de Reserva para Contingência						-		-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.559	4.559
Destinações do Lucro Líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal		-	228	-	-	-	(228)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-		156	-	(156)	-
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,37/ação)	15					600	(600)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 2,19/ação)	15	-	-	-	-	-	(3.575)	(3.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**57.458**	**6.860**	**-**	**256**	**600**	**-**	**65.174**
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19	256	-		(256)	-	-	-
Reserva para Contingência				600		(600)		-
Lucro líquido do exercício		-	-		-	-	2.004	2.004
Destinação do Lucro Líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal		-	100		-	-	(100)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-		314	-	(314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R$ 0,24/ação)	15	-	-		-	-	(397)	(397)
Reserva Especial	15	-	-		-	1.193	(1.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**57.714**	**6.960**	**600**	**314**	**1.193**	**-**	**66.781**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em milhares de reais

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida - Venda de Gás	21	115.706	165.961
Receita de Construção (ICPC 01)	21	4.066	8.439
		119.772	**174.400**
Custo dos produtos vendidos	22	(92.120)	(138.213)
Custo de Construção (ICPC 01)	22	(4.066)	(8.439)
		(96.186)	**(146.652)**
Lucro bruto		**23.586**	**27.748**
Receitas (Despesas) operacionais		**(21.170)**	**(25.853)**
Despesas comerciais	23	(3.017)	(3.658)
Despesas gerais e administrativas	24	(16.445)	(17.093)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(2.248)	(5.102)
Lucro antes do resultado financeiro		**1.876**	**1.895**
Receitas financeiras	26	992	3.033
Despesas financeiras	26	(335)	(262)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.533**	**4.666**
Imposto de renda	27	(293)	(15)
Contribuição social	27	(236)	(92)
Lucro líquido do exercício		**2.004**	**4.559**
Lucro básico e diluído por ação	28	**1,22**	**2,79**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	**164.769**	**241.862**
Vendas de produtos e serviços	164.451	241.483
Outras receitas	318	379
Insumos adquiridos de terceiros	**(94.992)**	**(150.385)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(87.414)	(138.699)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.578)	(11.686)
Valor adicionado bruto	**69.777**	**91.477**
Amortização	(6.445)	(5.400)
Depreciação	(406)	(407)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**62.926**	**85.670**
Valor adicionado recebido em transferência	**992**	**3.033**
Receitas financeiras	992	3.033
Valor adicionado total a distribuir	**63.918**	**88.703**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal:	**13.703**	**13.515**
Remuneração direta	9.694	9.744
Benefícios	3.148	3.077
FGTS	861	694
Impostos, taxas e contribuições:	**47.395**	**69.576**
Federais	17.517	24.013
Estaduais	29.845	45.533
Municipais	33	30
Remuneração de capitais de terceiros:	**816**	**1.054**
Juros	335	262
Aluguéis	481	792
Remuneração de capitais próprios:	**2.004**	**4.558**
Juros sobre capital próprio	-	3.575
Dividendos	397	-
Lucros retidos	1.607	983
Valor adicionado distribuído	**63.918**	**88.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA
Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.004	4.559
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização/Depreciação	7.152	6.041
Reversão contingência civil e tributária	(7)	(183)
Atualização líquida de top recuperável	(17)	(46)
Perda no recebimento de crédito	52	33
Atualização empréstimo	182	49
	9.366	**10.453**
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	2.408	3.149
Contas a receber de parte relacionadas	-	754
Estoques	(149)	511
Tributos a recuperar	143	(638)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	127	47
Despesas antecipadas	14	(7)
Outros ativos	(14)	(6)
Realizáveis a longo prazo	43	(22)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais		
Fornecedores	4.038	(1.541)
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(65)	(335)
Tributos a pagar	(120)	(367)
Imposto de Renda e Constribuição Social a pagar	16	-
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	79	(1.545)
Outos passivos	(195)	86
Outros não circulante	44	-
Caixa proveniente das operações	**15.735**	**10.539**
Juros pagos empréstimo	(182)	(50)
Juros Arrendamento	(139)	-
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	**15.414**	**10.490**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(4.100)	(8.336)
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(4.100)**	**(8.336)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(4.762)
Juros capital próprio pagos	(3.130)	(4.236)
Pagamento de arrendamento	(406)	(216)
Captação de empréstimos	9.000	-
Pagamentos de empréstimo (principal)	(818)	(1.116)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	**4.646**	**(10.330)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**15.960**	**(8.177)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.910	33.087
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	40.870	24.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBGÁS companhia paraibana de gás

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - Em milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.004	4.559
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangente total do exercício	**2.004**	**4.559**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual n° 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. Impactos da Covid-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços.

No combate ao COVID-19 o setor de distribuição de gás natural é considerado como "serviço essencial" para manutenção dos diversos segmentos da sociedade, entre eles, o industrial, o comercial, residencial e veicular.

Diante disso, a partir de março de 2020, a Administração da PBGÁS emitiu normas com o intuito de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Neste sentido, a PBGÁS criou um Comitê de Gestão de Crise com o objetivo de monitorar e mitigar os impactos nas principais atividades da Companhia. O comitê é reunido para acompanhamento das orientações, ações e estatísticas no Estado da Paraíba e na Companhia. Algumas das medidas adotadas pelo comitê, aprovada pela diretoria foram: adoção de tele trabalho para os casos possíveis, higienização constante da sede, reuniões por videoconferência, acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio do médico do trabalho, preservação das condições financeiras adequadas para enfrentar a crise, dentre outras.

Diante do cenário de incertezas econômicas resultantes da pandemia do novo corona vírus, a Companhia está acompanhando ativamente os desdobramentos no comportamento econômico e social, principalmente nas consequências que serão percebidas pelos usuários dos serviços de distribuição de gás atendidos pela PBGÁS. A Companhia entende não haver riscos na continuidade de sua operação, contudo, apresenta a seguir a mensuração dos impactos econômico-financeiros decorrentes do novo corona vírus:

• Vendas: Houve uma queda das vendas a partir de março de 2020 com recuperação gradual a partir de junho de 2020, atingindo-se ao final do ano, níveis de consumo de gás cerca de 22,4% abaixo daqueles verificados antes do início da pandemia, decorrente da não retomada plena das atividades nas áreas industrial, comercial e de GNV.

• Contas a receber: A inadimplência ao final do ano representou o percentual de 3,5% em relação ao faturamento de dezembro de 2020, motivado essencialmente pelo segmento industrial representando 2,83% desse percentual.

Em consonância com o parcelamento das faturas de gás feito pela Petrobras, a Companhia, tentando mitigar os riscos, adotou as seguintes ações para o segmento industrial/comercial: foram oferecidos diferimentos para as faturas dos meses de março, abril e maio da seguinte forma: entrada de 40% para 7 dias + 30% para 30 dias após a emissão da fatura + 30% para 60 dias após a emissão da fatura.

• Custos e Despesas: A Companhia apresentou plano de contingência para o ano de 2020 diante do cenário de pandemia. Os custos e as despesas relacionadas com a segurança da rede de distribuição de gás natural, com a segurança das instalações administrativas da Companhia, bem como com a segurança de todos os colaboradores da PBGÁS, não sofreram quaisquer modificações em decorrência deste plano de contingência. Estão igualmente excluídos deste plano, todos os custos e despesas necessários à continuidade das atividades diárias da Companhia, ou seja, da continuidade do negócio.

• Arrendamentos: A Companhia possui contrato de locação de imóveis, em que os benefícios dos bens permanecerão com o arrendador. Não houve nenhuma alteração nos termos e condições dos contratos.

• Impostos e Contribuições: Visando preservar a liquidez, a Companhia adotou as medidas provisórias, conforme permitido em atos normativos expedidos pelo Governo Federal, descritas na nota explicativa nº14.

• Recuperabilidade de ativos: A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus ativos vinculados à Concessão no encerramento do exercício.

3 Base de preparação

3.1.Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão presentes na nota explicativa nº 4.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 4.17 e 9 - Arrendamento;
• Nota 6 - Provisão para perda de créditos;
• Nota 10 - Intangível; e
• Nota 18 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.4. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

4.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração
A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº6b.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração
Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias
Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais
O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

e) Determinação do Valor Justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.2. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

4.3. Intangível

Contrato de Concessão
Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, o Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão

PBGÁS COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

4.4. Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

4.7. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa n° 21.

4.8. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9. Subvenções governamentais
Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme nota explicativa nº 27 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

4.10. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás
A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção
As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

c) Apuração de resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

4.11. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas à medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.
Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

4.13. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC 48 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e não reconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do CPC 48 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		31/12/2020		31/12/2019		
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria CPC48/ IAS 9
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.870	40.870	24.910	24.910	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	6	7.331	7.331	9.739	9.739	Custo amortizado
Gás Pago E Não Retirado (Take Or Pay)	8	-	-	126	126	Valor justo por meio do resultado
		48.201	**48.201**	**34.775**	**34.775**	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	14.372	14.372	10.334	10.334	Custo amortizado
Juros sobre capital própro a pagar	15	-	-	3.130	3.130	Custo amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)	16	102	102	703	703	Valor justo por meio do resultado
		14.474	**14.474**	**14.167**	**14.167**	

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

4.14. CPC 06 (R2) - Arrendamento
O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo

PBGÁS COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção do CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa - fundo fixo	13	13
Bancos – conta movimento	3.170	2.070
Aplicações financeiras	37.696	22.719
Caixa e equivalentes de caixa	**40.879**	**24.802**
Valores em trânsito	(9)	108
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	**40.870**	**24.910**

O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2020 girou em torno de 98% do CDI diário, mesmo percentual em 2019, com "target" de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

6. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Segmento veicular	2.471	3.190
Segmento industrial	3.576	4.780
Segmento comercial	667	1.068
Segmento residencial	650	720
Subtotal	**7.364**	**9.758**
Penalidade Contratual	28	14
Contas a receber de clientes	**7.392**	**9.772**
Perda Esperada de Clientes (b)	**(61)**	**(33)**
Contas a receber de clientes líquida	**7.331**	**9.739**

a. Por vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer		
1 a 30 dias	6.771	9.242
Vencidos		
31 a 60 dias	585	515
61 a 90 dias	1	7
Acima de 90 dias	5	8
	591	**530**
Contas a receber de clientes	**7.392**	**9.772**

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 61, (R$ 33 em 31/12/2019).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF	114	524
PIS	5	5
COFINS	25	25
IRPJ Estimativa	1.241	742
CSLL Estimativa	-	317
Outros tributos a recuperar	86	-
ICMS	25	25
	1.496	**1.638**

8. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2020	31/12/2019
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	-	126
	-	**126**

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação de "pagamento a título de retirada mínima mensal" quando a retirada de gás realizada fica abaixo de 80% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre quando a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 80% da Quantidade Diária Contratada - QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente do pagamento antecipado para cumprimento da obrigação de retirada mínima e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados de acordo com a regra contratual de reajuste do preço do gás por parte da supridora, tendo como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

9. Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2020	31/12/2019	Passivo de arrendamento	31/12/2020	31/12/2019
Ativo direito de uso			**Circulante**		
Imóveis	1.864	1.864	Imóveis	499	499
(-) Amortização Acumulada	(813)	(407)	(-) AVP	(92)	(129)
	1.051	**1.457**		**407**	**370**
			Não Circulante		
			Imóveis	908	1.452
			(-) AVP	(72)	(173)
				836	**1.279**

A vigência dos contratos de arrendamento é de 5 anos com término em 2023. O montante pago no exercício de 2020 foi de R$ 406. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

10. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

a. Composição

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.886	(1.092)	795	1.874	(949)	925
Hardware	3.794	(1.966)	1.827	3.373	(1.684)	1.689
Rede de Distribuição	133.816	(102.063)	31.753	88.107	(65.532)	22.575
Ramais	-	-	-	40.226	(30.782)	9.444
Outros	3.730	(2.478)	1.252	3.678	(2.295)	1.383
Intangível em formação (*)	4.641	-	4.641	6.690	-	6.690
Intangível concessão	148.171	(107.599)	40.572	144.252	(101.242)	43.010
Direitos de uso de softwares	2.582	(1.533)	1.049	1.851	(1.144)	707
	150.753	**(109.132)**	**41.621**	**146.103**	**(102.386)**	**43.717**

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

		31/12/2020			31/12/2019		
Contratos de concessões	**Taxa de Amortização% a.a. ***	**Saldo inicial**	**Adições**	**Saldo Final**	**Saldo Inicial**	**Adições**	**Saldo Final**
Custo		144.252	3.919	148.171	135.921	8.331	144.252
Amortização	10	(101.242)	(6.357)	(107.599)	(95.713)	5.529	(101.242)
		43.010	**(2.438)**	**40.572**	**40.207**	**2.803**	**43.010**
Software e direito de uso							
Custo		1.851	731	2.582	1.846	5	1.851
Amortização	10	(1.144)	(389)	(1.533)	(1.038)	(106)	(1.144)
		707	**342**	**1.049**	**808**	**(101)**	**707**
Total do intagível		**43.717**	**(2.096)**	**41.621**	**41.015**	**2.702**	**43.717**

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato.

Reconhecida amortização do intangível no valor de R$ 6.746 (R$ 5.635 em 31/12/2019) e apropriado no resultado custo com amortização, considerando os créditos de PIS e COFINS o valor líquido de R$ 5.458 (R$ 4.845 em 31/12/2019) e de despesa R$ 986 (R$ 555 em 31/12/2019).

O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R$ 4.100 (R$ 8.336 em 31/12/2019).

11. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 20)	13.225	7.571
Fornecedores de materiais e serviços	1.147	2.763
	14.372	**10.334**

Os fornecedores são obrigados a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

12. Empréstimos e Financiamentos

Em 31/08/2020, a Companhia contraiu empréstimo em linha de Capital de Giro no valor total de R$9 milhões do Banco Santander Brasil S/A. O montante será amortizado em 24 (vinte e quatro) meses, com carência de 90 (noventa) dias, com início da liquidação em 30/11/2020 e última parcela em 29/08/2022. Esta operação tem taxa de juros prefixada em 4,3% ao ano acrescida de correção pelo índice CDI (certificados de depósito interbancários) – atualmente em 1,90% ao ano.

O total de juros pagos no exercício de 2020 foi de R$182.

	31/12/2020	31/12/2019
Financiamento Santander	8.182	-
Juros Financiamento	305	-
Custo da transação amortizar	(305)	-
	8.182	**-**
Financiamento Circulante	4.909	-
Financiamento Não Circulante	3.273	-
	8.182	

13. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	-	13
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	507	517
Provisão para férias e encargos	1.236	1.278
	1.743	**1.808**

14. Tributos a Pagar

	31/12/2020	31/12/2019
PIS a pagar	90	97
COFINS a pagar	418	448
INSS terceiros a pagar	30	90
IRRF a pagar	6	9
Outros tributos a pagar	40	59
	584	**703**

Em virtude da situação da Pandemia, o Governo Federal tomou medidas para enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública ocasionada pelo Coronavírus (covid-19).

Em 22 de março foi publicada a Medida Provisória nº 927 que concedeu o diferimento do FGTS relativo aos meses de março, abril e maio em 06 parcelas, sendo o recolhimento da primeira parcela em 07/07/2020.

Em 03 de abril de 2020 foi publicada Portaria nº 139 concedendo prorrogação dos prazos de recolhimento do PIS e COFINS referentes às competências de março e abril. Seus vencimentos

PBGÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

que originalmente eram 24/04/2020 e 25/05/2020 passaram a ser 25/08/2020 e 23/10/2020, respectivamente. Essa mesma Portaria ainda prorrogou os prazos de recolhimento do INSS parte patronal relativas às competências de março e abril para 20/08/2020 e 20/10/2020.

Em 15/06/2020 foi publicada Portaria nº 245 que prorrogou o vencimento do PIS e COFINS relativo a competência de maio, seu vencimento que originalmente era 26/06/2020 passou a ser 25/11/2020. A Companhia utilizou destas Medidas Provisórias publicadas para recolhimento dos impostos em referência.

15. Dividendos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

De conformidade com a Resolução n° 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem aos 25% mínimos estabelecidos, estando o restante dos dividendos à disposição da AGO demonstrados em conta específica de dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Para os JSCP, estes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório em 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.004	4.559
(-) Reserva legal	(100)	(228)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(314)	(156)
Lucro líquido a ser distribuído	**1.590**	**4.175**
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios	**397**	-
Dividendos Propostos	-	**600**
Reserva especial	**1.193**	-
JSCP	-	3.575
(-) IRRF JSCP	-	(445)
JSCP a pagar	**-**	**3.130**

Conforme 26ª AGO realizada em 10 de junho de 2020 foi aprovado o pagamento em 18/12/2020 do JSCP e a retenção da distribuição dos dividendos adicionais relativos à 2019, sendo constituída reserva para contingência, no valor de R$ 600, tendo em vista os impactos no fluxo de caixa, decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID – 19).

16. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2020	31/12/2019
Conpel – Cia Nordestina de Papel	102	22
Total circulante:	**102**	**22**
Coteminas S.A	-	637
Refrescos Guararapes	-	44
Total não circulante:	**-**	**681**

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação "pagamento a título de retirada mínima" quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGÁS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural sem incidência de ICMS aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse pagamento antecipado "à título cumprimento da retirada mínima de gás" e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGÁS, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

17. Servidões de passagem

	31/12/2020	31/12/2019
Servidão de Passagem (a)	1.197	-
Total	**1.197**	**-**

(a) Servidão de passagem: Refere-se ao provisionamento de taxas ao DNIT realizado pela Companhia, conforme estimativa contratual, tendo em vista a ausência de cobrança por parte deste órgão.

18. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R$1.165 (R$1.164 em 31/12/2019), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	74	73
Cível	1.091	1.901
	1.165	**1.164**

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R$1.091 (R$1.091 em 31/12/2019). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
		1.091

(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia permanece com a provisão no montante de R$74 (R$73 em 31/12/2019), considerado provável perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	74
		74

Os processos trabalhistas considerados como possíveis têm como valor histórico o total de R$2.505.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.164	1.346
Provisões efetuadas	8	-
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(7)	(182)
	1.165	**1.164**

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2020 R$
Estado da Paraíba	279.382	51,0	-	-	279.382	9.811
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Total	**547.802**	**100**	**1.095.610**	**100**	**1.643.412**	**57.715**

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2019 R$
Estado da Paraíba	278.142	51,0	-	-	278.142	9.768
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	133.615	24,5	545.372	50	678.987	23.845
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	133.615	24,5	545.372	50	678.987	23.845
Total	**545.372**	**100**	**1.090.744**	**100**	**1.636.116**	**57.458**

A 103ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2020 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 101, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de reinvestimento SUDENE de 2018, com emissão de 2.865 ações, sendo 955 ações ordinárias e 1.910 ações preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Em 18 de dezembro de 2020 foi realizada a 105ª Assembleia Geral Extraordinária na qual aprovou o aumento de capital no montante de R$ 155, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 4.431 ações, sendo 1.475 ações ordinárias e 2.956 ações preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

A 96ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.481, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 42.184 ações, sendo 14.060 ordinárias e 28.124 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

b. Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

20. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo Circulante								
Compra de gás natural (*)	-	126	-	-	-	-	-	-
Passivo Circulante								
Fornecedor	13.225	7.571	-	-	-	-	-	-
Dividendos/ JSCP a pagar	-	-	165	1.261	165	1.261	67	608
Resultado								
Compra de gás natural (*)	81.011	128.105	-	-	-	-	-	-
Reembolso Acionista	-	-	361	333	385	506	-	-

(*). As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

A Companhia celebrou com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, em 1º de julho de 2019, o contrato de suprimento de gás firme inflexível ("Novo Mercado de Gás) com vigência entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, cuja quantidade diária contratada (QDC) foi de 260.000 m³/dia.

Houve a necessidade de repactuação da QDC, sendo firmado novo contrato de suprimento em 30 de setembro de 2020, com vigência entre 01 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2023, cuja QDC inicial foi 200.000m³/dia, posteriormente alterada para 220.000m³/dia, através do 1º Aditamento ao Contrato, firmado em 01 de dezembro de 2020. Para os anos de 2022 e 2023 esta QDC passa a ser de 80.000m³/dia, em função da abertura do mercado de gás e possibilidade de novos supridores para atendimento à demanda da Companhia.

21. Receita líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta		
Gás veicular	49.468	73.235
Gás industrial	97.272	144.260
Gás residencial	7.998	7.690
Gás comercial	5.663	7.923
	160.401	**233.108**
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(29.845)	(45.526)
PIS	(2.646)	(3.845)
COFINS	(12.189)	(17.711)
(-) Vendas Canceladas	(15)	(65)
Receita líquida	**115.706**	**165.961**
Receita de construção - ICPC 01	**4.066**	**8.439**

22. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de gás natural (a)	(81.011)	(128.105)
Pessoal	(3.071)	(2.812)
Odorização	(86)	(118)
Serviços de terceiros	(1.711)	(1.640)
Aluguéis	(242)	(295)
Materiais de manutenção	(261)	(109)
Seguros	(278)	(289)
Amortização	(5.459)	(4.845)
	(92.120)	**(138.213)**
Custo de Construção – ICPC 01	**(4.066)**	**(8.439)**

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Gás veicular	(24.489)	(39.723)

PBGÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Gás industrial	(52.359)	(83.076)
Gás residencial	(2.050)	(2.175)
Gás comercial	(2.113)	(3.131)
	(81.011)	**(128.105)**

23. Desespesas comerciais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(2.327)	(2.518)
Serviços de terceiros	(352)	(258)
Conversão de clientes	(338)	(882)
	(3.017)	**(3.658)**

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(10.383)	(10.370)
Serviços de terceiros	(2.046)	(2.194)
Gerais e administrativas	(1.541)	(1.558)
Aluguéis	(239)	(497)
Viagens e representações	(82)	(394)
Amortização	(986)	(554)
Depreciação - Arrendamento	(407)	(407)
Tributárias	(761)	(1.119)
	(16.445)	**(17.093)**

25. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Outras Receitas Operacionais		
Ganho na atualização das operações de gás	55	25
Reversão provisão contingências	7	183
Outras receitas operacionais	143	13
Receita de penalidade contratual	113	158
	318	**379**
Outras Despesas Operacionais		
Despesas de provisões	(8)	-
Perda na atualização das operações de gás	(36)	(72)
Despesa de penalidade contratual	(2.438)	(5.255)
Indenizações e ressarcimentos	-	(85)
Outras despesas operacionais	(84)	(69)
	(2.566)	**(5.481)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	**(2.248)**	**(5.102)**

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Encargo de Capacidade: consiste na remuneração mínima mensal devida ao supridor, Petrobras, quando da retirada do gás for inferior a 100% da QDC, apurado mensalmente. Este encargo consiste exclusivamente pelos valores fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizado à Companhia;

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

26. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	705	1.479
Juros/multas - Clientes	212	1.499
Outras receitas financeiras	75	55
	992	**3.033**
Despesas financeiras		
Juros e multas	(182)	(49)
Descontos concedidos	(8)	(16)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(139)	(176)
Outras despesas financeiras	(6)	(21)
	(335)	**(262)**

27. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo n° 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.533	2.533	4.666	4.666
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	55	55	88	88
Provisões não dedutíveis	36	36	-	-
Reversão provisões	(7)	(7)	(310)	(310)
Reversão JSCP	-	-	(3.575)	(3.575)
(+/-). Outros	(5)	(5)	161	161
Total	**2.612**	**2.612**	**1.030**	**1.030**
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(628)	(236)	(233)	(92)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	15	-	6	-
(+/-). Outros	6	-	56	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(606)**	**(236)**	**(171)**	**(92)**
(-) Incentivos fiscais SUDENE	314	-	156	-
Imposto de renda e contribuição social	**(293)**	**(236)**	**(15)**	**(92)**
Alíquota efetiva do IR e CSLL	11,26%	9%	1,45%	9%

28. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.004	4.559
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.643	1.636
Lucro/ação (R$/mil)	**1,22**	**2,79**

29. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado na Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2020 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R$1.054 (R$1.270 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2020 e vigências até junho de 2021, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	6.677
Total Segurado	**20.177**

31. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

b) Risco de taxas de juros
Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

32. Eventos subsequentes
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2021 sendo sua divulgação autorizada pelo Conselho de Administração em 23/03/2021.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2021.

Jailson José Galvão
Diretor Presidente

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretora Administrativa Financeira

Marcus Vinicius Torres Peçanha
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da,
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS

João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em

PBGÁS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

O balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2020, com opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação á capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2021.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

58ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

No dia 23 de março de 2021, realizou-se, através de videoconferência, em conformidade com o art. 25, §3o, do Estatuto Social e com o Decreto Estadual no 40.304/2020, a 58a Reunião do Conselho Fiscal da PBGÁS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2020 , bem como, a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2020 (Proposta DIREX no 488/2021). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal
decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 24 de fevereiro de 2021, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à Proposta da Diretoria Executiva no 488/2021, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 230a Reunião, realizada em 23.03.2021, às 14:30 horas, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício 2020, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2020 R$
Lucro Líquido deo exercício	**2.004.823,64**
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(100.241,18)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE	(313.702,85)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(397.719,90)
Reserva especial	(1.193.159,71

João Pessoa, 23 de março de 2021.

Rodolfo Emanuel Lima Serrano

Paulo Márcio Soares Madruga

André Quirino Paiva

Alyne Valentim Muniz

Evaldo Machado Júnior

Diário Oficial On-line da Paraíba.
Acesse gratuitamente a versão on-line em auniao.pb.gov.br

DIÁRIO OFICIAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO
Somos todos PARAÍBA Governo do Estado